

FURST; Brunna Rezende<sup>1</sup>, ALMEIDA; Natália Ramos<sup>2</sup>, GÁLVEZ; Camila Garro<sup>3</sup>, KIND; Luciana<sup>4</sup>

## RESUMO

Gostaríamos de submeter nosso trabalho à modalidade de **grupo de trabalho** no eixo **Psicologia Social Crítica, Questão Racial, Etnia e Classe**. Trata-se do fruto de uma pesquisa de iniciação científica sobre o Trabalho Doméstico remunerado no Brasil: subalternização e resistências. No início de 2020, a categoria era composta por seis milhões de trabalhadores (Pinheiro, Tokarski, & Vasconcelos, 2020), sendo, em sua maioria mulheres negras e periféricas. A profissão possui longa trajetória de negação de direitos e desproteção social e, apesar da recém conquistada “PEC das Domésticas” em 2013, é marcada por “acordos” informais, violações de direitos trabalhistas e violências cotidianas no ambiente de trabalho. Diante da pandemia do COVID-19, evidencia-se uma banalização das vidas das trabalhadoras pelo Estado e nas relações com as famílias empregadoras frente à exposição ao vírus. A pandemia evidenciou estas violências sistemáticas, marcadas pela primeira morte do Rio de Janeiro ter sido de uma empregada doméstica, Cleonice Gonçalves e pela morte do menino Miguel (5 anos) em junho de 2020, filho da empregada doméstica Mirtes Renata, que trabalhava durante a pandemia de COVID-19. A criança estava aos cuidados da patroa de sua mãe no momento da morte. Assim, nesta pesquisa buscou-se (1) observar os atravessamentos de raça, classe e gênero na trajetória histórica de naturalização da precarização e desqualificação deste trabalho e das vidas de quem o executa e, (2) analisar a conjuntura da pandemia frente aos acontecimentos relacionados à profissão e os movimentos de resistência frente a estas situações através de luta por direitos, reconhecimento e justiça. Através da metodologia de leitura de bibliografia sobre emprego doméstico e relações étnico-raciais aliada ao estudo de Caso Miguel, gerando discussões que visibilizam as múltiplas violências que as trabalhadoras vivenciam no dia a dia em relação a subalternização do emprego e à desvalorização da suas vidas, evidenciando o apagamento histórico e negação das relações de poder na sociedade brasileira perpetuando a desqualificação da profissão e a não adesão às leis trabalhistas. Ressalta-se a importância de nomear violências estruturais e desnaturalizá-las, fortalecendo os lugares coletivos - já presentes historicamente na luta por direitos e pela mudança nos abusos e precarizações cotidianas vividas pelas trabalhadoras domésticas - através de luta conjunta entre movimentos sociais interseccionais, luta sindical e redes de solidariedade, visando a transformação destas estruturas sociais.

**PALAVRAS-CHAVE:** empregadas domésticas, precarização, interseccionalidade, covid-19

<sup>1</sup> Aluna do curso de graduação em Psicologia da PUC Minas, brunnarfurst@gmail.com

<sup>2</sup> Aluna do curso de graduação em Psicologia da PUC Minas, natalialmeida14@gmail.com

<sup>3</sup> Aluna do curso de graduação em Psicologia da PUC Minas, cagianma.96@gmail.com

<sup>4</sup> Professora da Graduação e Pós-graduação em Psicologia da PUC Minas, lukind@gmail.com